

Objetivos

Este documento pretende ser um ponto de partida para a formação de uma chapa para a diretoria da ANDES; portanto, pretende-se dar início a um processo de discussão, aberta a todos, sem quaisquer exceções, passando pelos seguintes pontos:

I - a concepção do movimento dos professores do ensino superior, como deve ser a sua entidade nacional (ANDES) e a forma de implementar o programa de lutas aprovado no I Congresso;

II - o procedimento para formar uma chapa que tenha por base um compromisso sobre o ponto anterior.

Com este procedimento, tenta-se superar a discussão, estéril a todos os níveis, em torno de nomes de candidatos, supostos ou potenciais, sem um posicionamento claro e explícito sobre o movimento de professores de ensino superior e sobre a ANDES e sem um compromisso assumido sobre a forma de atuar na diretoria para concretizar a pauta de lutas do I Congresso.

Acreditamos que, a partir deste documento, que deve ser enriquecido com as contribuições de todos os colegas, podemos desencadear um processo de discussão em todas as AD's e regiões que nos leve à formação de uma chapa com bastante respaldo nas bases. A condição única para a adesão a este documento é a aceitação, na sua essência, das posições aqui defendidas.

I - A concepção que temos do movimento

a) Concepção geral do movimento social

Os movimentos sociais, por implementarem as suas questões específicas e por defenderem a sua autonomia, tem sido, nos últimos anos, absolutamente vitais no questionamento dos padrões de dominação que lhes são impostos e do modelo político vigente no país. Constituindo-se pela mobilização de categorias de trabalhadores, profissionais de classe média, estudantes, mulheres, negros, grupos religiosos, etc..., estes movimentos são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática, igualitária e pluralista.

Entendemos por autonomia a independência em relação ao Estado e ao sistema de poder econômico, aos partidos políticos, mesmo os de oposição mais autêntica, bem como em relação a quaisquer organizações externas ao movimento. Defendemos intransigentemente esta autonomia por acharmos que a absorção de um movimento social por uma organização externa a ele, por mais válidos que se-

jam seus objetivos, implica numa orientação monolítica que não dá conta da totalidade de aspirações desse movimento. Entretanto, esta independência que defendemos não significa nem isolamento nem despolitização; ao contrário, entendemos que as questões específicas não só mobilizam e fortalecem como estabelecem a relação de determinado movimento social com outros setores organizados e com as questões mais gerais da sociedade brasileira, de caráter essencialmente político. Neste sentido, deve-se dar toda a força às lutas específicas, colocadas pelas bases, e, na prática destas lutas, estabelecer a ligação com as questões gerais e a articulação com os demais setores da sociedade. Fazer o inverso, dando prioridade às questões gerais, é um equívoco, pois nem se levam adiante essas questões gerais, por não sensibilizarem o conjunto desses movimentos sociais, e freiam-se as reivindicações próprias desses movimentos.

Nossa concepção de movimento inclui a necessidade premente de aprendermos a conviver com as divergências internas e respeitarmos as posições de colegas que, mesmo discordando em alguns pontos, não podem ser tratados como nossos inimigos. O respeito humano, a honestidade na retórica, a coerência entre as atitudes políticas e o discurso constituem, para nós, uma questão democrática essencial para o crescimento de qualquer movimento.

b) Características de movimento dos professores

Acreditamos que a educação é uma questão sobre a qual existe o mais amplo consenso no movimento: quanto a sua importância, a sua especificidade para os professores, profissionais da educação, e a sua relação com os problemas gerais da sociedade. Os princípios que o movimento definiu - gratuidade do ensino em todos os níveis, responsabilidade do poder público em propiciar ensino de bom nível para todos, democratização e autonomia da universidade, etc... - devem nortear a nossa luta, especialmente quando existe uma ofensiva do governo no sentido da privatização do ensino.

Dentro deste consenso, podemos destacar alguns pontos que julgamos importantes na discussão sobre a universidade:

- autonomia, cuja menção à sua autonomia financeira, didática e administrativa em relação ao Estado não deve ser confundida com o liberalismo da iniciativa privada no ensino nem como a omissão do governo no custeio da educação em todos os níveis e para todos;
- democracia, que implica a modificação da sua estrutura interna como um todo, podendo ser exemplificada na composição dos órgãos colegiados, na eleição direta dos dirigentes, no con-

trole do orçamento e dos gastos pela comunidade universitária, etc...;

- verbas, que cabe ao poder público conceder, com base nas necessidades definidas pela comunidade universitária, a quem cabe controlar sua aplicação, salientando que a tentativa atual de cortar os subsídios à alimentação (aumento dos preços dos bandeijões) está inserida na política de privatização do ensino universitário;
- ensino, que vai da defesa da sua extensão a todos (o que se liga ao ensino público noturno), da sua qualidade, da relação do seu conteúdo com os problemas da sociedade, do preparo profissional dos alunos e sua formação cultural, intelectual e política;
- pesquisa, que inclui a produção de conhecimento original (não a mera reprodução), a necessidade do incentivo à pesquisa em todas as áreas, a redefinição do papel das agências financiadoras externas à universidade e o controle da atividade de pesquisa pela sua comunidade, as finalidades culturais e sociais da pesquisa e a sua ligação com o ensino.

Outro ponto fundamental é o aspecto sindical. A questão salarial não pode, definitivamente, ser tratada como uma questão menor, de caráter meramente corporativista. Além da sua justeza imediata (salários dignos para trabalho digno), é também através dela que nos inserimos na luta de todos os assalariados contra a política de arrocho salarial em vigor. Por outro lado, no caso das universidades autárquicas federais e estaduais, a ANDES e as AD's desempenham algumas funções sindicais, pois seus professores são proibidos, por lei, de se sindicalizarem. Por isto, entendemos que a nossa união com todos os servidores públicos na luta pelo direito de sindicalização é importante, ainda mais que vai somar uma parcela grande de trabalhadores brasileiros na luta por sindicatos livres e independentes em oposição à estrutura sindical vigente. Para os setores do nosso movimento em que há sindicatos, a relação com estes é uma questão crucial, cabendo à ANDES e às AD's suprir o apoio necessário direto aos professores onde as diretorias dos sindicatos forem fracas ou pelegas, sem pretender substituir esses sindicatos, e fortalecer os sindicatos combativos nas suas lutas específicas e contra o seu atrelamento ao Estado.

De fato, observamos uma relação clara entre as reivindicações salariais dos professores e as condições de trabalho necessárias ao ensino, estudo e pesquisa adequados. Noutros termos, a

ra coordenação das AD's a nível nacional. Apesar de, naquele momento, a premência de uma entidade com o caráter da ANDES ter sido ditada principalmente pela luta das federais autárquicas, que tinham feito a sua primeira greve vitoriosa, entendemos que a ANDES nascia com o compromisso de construir a unidade dos professores do ensino superior.

Hoje, momento decisivo na vida da nossa entidade, devemos ter a coragem de assumir que a unidade do movimento ainda é muito frágil. Esta fragilidade não deve ser creditada ao ímpeto maior do setor das federais autárquicas, pois o fortalecimento de qualquer setor do movimento, desde que norteado pelas deliberações do Congresso e do CONAD, só pode resultar no fortalecimento da entidade como um todo.

Sabemos que o movimento é diversificado, seja em setores e regiões, seja em seus diferentes pontos de vista políticos que existem e devem ser respeitados. Ao invés de tentar subtrair estas diferenciações no interior do movimento, colocando-as numa camisa de força de palavras de ordem generalizantes e abstratas, devemos forjar uma direção política do movimento que seja capaz de superar essas diversidades, respeitando a autonomia relativa dos diversos setores, criando formas de luta concretas de entrosamento entre eles e não temendo que as iniciativas no encaminhamento das suas reivindicações esfacem a entidade. A diretoria cabe o papel de elemento de socialização dessas reivindicações. É justamente nessa ação que a entidade alcança sua vitalidade. O grupo de trabalho de política educacional, surgido na gestão da diretoria provisória da ANDES, é um exemplo. Experiências semelhantes devem merecer permanente estímulo da diretoria.

A nossa entidade organizou-se sob a égide do enraizamento nas bases, nas organizações dos professores por local de trabalho. Neste sentido, as pontes de ligação entre a diretoria da entidade e essas bases têm que ser respeitadas, sob pena de perdermos uma característica fundamental de nosso movimento. É fundamental que se respeite ao máximo as decisões de assembleias das AD's e que a diretoria da ANDES mantenha, particularmente através dos vice-regionais, um relacionamento estreito e ágil com as AD's, pois sabemos da dificuldade de convocação frequente do CONAD, fórum natural para confrontação das decisões das assembleias das AD's, e mais ainda do Congresso.

A nossa entidade enfrenta problemas de várias ordens que, entretanto, não podem sufocá-la; isto só será possível se a sua diretoria abrir os mais amplos canais de participação aos profes-

res, através de grupos de trabalho, comissões de estudo, etc... que resultará no fortalecimento da entidade, do movimento, capaz de superar uma certa timidez de atuação tanto do ponto de vista interno quanto externo.

e) A reestruturação da Universidade e o ensino pago

No presente momento deparamo-nos com dois aspectos fundamentais desta questão: de um lado, o governo lança uma ofensiva pela implantação do ensino pago nas IES federais, sob a estranha alegação de "justiça social"; de outro lado, como conquista da última greve das federais, temos o 1º semestre deste ano para discutir a reestruturação da universidade e propô-la ao governo. A luta pelo ensino público e gratuito em todos os níveis é uma posição de princípio da qual não arredamos pé. Além de unir todos os setores do movimento - federais, autárquicas e fundações, estaduais e particulares, é um momento importante de inserção do nosso movimento no movimento democrático geral da sociedade brasileira. Não podemos cair no engodo do governo quando diz que todos devem pagar as universidades, pois mais de 75% dos estudantes já pagam nas universidades particulares. Mais uma vez, querem fazer crer que a "socialização das perdas" é uma maneira de proceder à justiça social; é como que, uma vez constatadas doenças infecciosas em grande parte da população, se devesse difundir as doenças para toda a população por medida de justiça! O ensino pago é uma doença que só pode ser extirpada com o antídoto do ensino público e gratuito.

Se existem 75% de alunos pagando não foi porque eles o tivessem reclamado e muito menos a sociedade; ao contrário, isso é fruto de uma política educacional de privatização do ensino atizada pelo governo há muito tempo e que agora tenta dar um fecho de ouro atingindo as IES autárquicas, seja pela tentativa de transformá-las em fundações, seja pela pretendida implantação do ensino pago nelas.

O acesso à educação deve ser facultado a qualquer cidadão, deve ser um direito inalienável dele. Essa faculdade estará mais ameaçada ainda se não soubermos responder à altura a esta ofensiva do governo. Além do mais, a privatização do ensino ofende naturalmente a qualidade dele, uma vez que as mantenedoras visam um lucro impossível de ser obtido com um ensino sério e professores bem remunerados além de muitas vezes expressarem interesses que não são os da maioria da sociedade. A experiência recente da demissão em massa dos professores do CUP, que tinham atingido um prestigiado nível acadêmico e construído uma razoável de-

mocracia interna, mostra a incompatibilidade dos interesses acadêmicos e democráticos da comunidade universitária com os das mantenedoras. Por estas razões, a decisão do I Congresso da ANDES de deflagrar a luta veemente pelo ensino público e gratuito foi corretíssima!

A outra questão que merece ser tratada com a máxima prioridade diz respeito à reestruturação da universidade. Não concordamos absolutamente em apenas listar os pontos genéricos já levantados pelo movimento; achamos, outrossim, que é essencial ir adiante na busca da sua operacionalização através de conquistas reais. Sem pretender chegar a um modelo acabado, inclusive porque isso não é de nossa competência exclusiva, o movimento tem de caminhar no sentido de especificar as mudanças que ele exige na estrutura da universidade, no sentido de conquistar a sua autonomia e a sua democratização e, ao mesmo tempo, usando essas conquistas, dar a ela uma organização menos burocratizada e imobilista, de forma a permitir que ela se torne um centro de produção de cultura e de educação e não mera consumidora e divulgadora da cultura oficializada e institucionalizada.

Em resumo, os pontos básicos da nossa concepção de movimento docente, visando a implementação do programa de lutas do I Congresso, incluem as seguintes características:

- 1 - Independência do movimento docente com respeito a organizações políticas a ele externas;
- 2 - Formulação e encaminhamento de bandeiras de lutas específicas, compatíveis com a avaliação de força do movimento e fiéis às decisões das bases;
- 3 - Unificação, sem centralismo, do movimento de modo a abrir espaços para as iniciativas das AD's, dos setores, das regionais e grupos de trabalhos, que devem ser harmonizados no sentido de unificar a luta, sem inibi-las ou freá-las;
- 4 - Encaminhamento eficiente das lutas trabalhistas específicas de cada setor, sem temer o rótulo de corporativismo;
- 5 - Mobilização para a luta por questões fundamentais e de princípio ligadas à educação, tais como ensino público e gratuito em todos os níveis, combate à privatização, democratização e autonomia da universidade, mais verbas para a educação, etc...;
- 6 - Sempre que necessário, negociar com o poder ou com os donos das faculdades para obter o máximo de ganhos para o movimento;

- 7 - Articulação com todos os segmentos da comunidade universitária, procurando desenvolver atividades comuns com os estudantes e funcionários;
- 8 - Articulação e integração com os demais movimentos sociais, não só na retórica, mas em ações concretas, como a iniciada na CONCLAT com os funcionários e professores do 1º e 2º graus pelo reajuste semestral, e presença mais ativa na questão da CUT;
- 9 - Presença política atuante na vida nacional, pronunciando-se com clareza e prontamente em questões ligadas à educação, como a do ensino pago nas federais, e em questões cruciais na luta pela democracia, como a bomba no Rio-Centro;
- 10 - Democracia interna, obedecendo às resoluções de Congresso e de CONAD, ouvindo as assembléias de AD's e respeitando os companheiros que têm concepções políticas diferentes, mas que são companheiros de luta no movimento.

II - Procedimento para formar uma chapa

A seguir vai um esboço simples que deve ser aprimorado posteriormente juntamente com o cronograma.

Este documento está sendo enviado a colegas de todas as AD's e regionais da ANDES. Solicitamos aos colegas que dêem a mais ampla divulgação dele entre todos os professores e que promovam reuniões para discutí-lo, convocadas amplamente. Estas reuniões podem ser ao nível de AD, de cidade ou de região, conforme o caso.

Observação importante: a estrutura formal das entidades não deve ser utilizada, uma vez que se trata da gestão de candidaturas para concorrer às eleições da ANDES. Neste sentido, deixamos claro que estamos enviando este documento a todas as diretorias de AD's e aos diretores da ANDES na qualidade de colegas com representatividade no movimento e não pelas funções que lhes são atribuídas pelos cargos que ocupam.

Os colegas que concordarem com os pontos fundamentais defendidos neste documento são solicitados a deliberar nestas reuniões sobre:

- a) modificações neste documento e contribuições para um texto final que servirá de base para a chapa se apresentar às eleições;
- b) propostas concretas para compor a chapa com nomes representativos nas bases, a nível local e nacional, e que se comprometam com os pontos deste documento;
- c) opinião sobre a sugestão de realizar uma convenção na véspera e no mesmo local do próximo CONAD para fechar a chapa e a plataforma;

d) realização de uma reunião, sem caráter deliberativo, para discussão do documento e avaliação da formação da chapa. Dia 03 de abril, às 10 horas, na Associação de Docentes da Universidade Santa Ursula, Rua Fernando Ferrari, nº 75, prédio 1/sala 207, Botafogo - Rio de Janeiro.

Estas deliberações devem ser encaminhadas com as assinaturas dos colegas que as apoiam para um dos endereços abaixo, com o intuito de coletar e distribuir para todas as informações sobre o andamento da discussão em todo o país.

Endereços:

Laurindo Leal Filho (PUC - Fac. Ciências Sociais)
Rua Monte Alegre, Nº 984
05014 - São Paulo, Capital - tel: 263-0211

Luiz Pinguelli Rosa (COPPE - UFRJ)
Caixa Postal 1191 ZC 00
Rio de Janeiro - tel: 280-9322 - R. 232

Maria Assunta Zanfeliz (UFRGS)
Praça Dom Feliciano, Nº 78 - sala 704
90000 - Porto Alegre - RGS

Roberto Martins (APUBH)
Rua Carangola, Nº 288 - sala 310A
30000 - Belo Horizonte, Minas Gerais

Ubirajara Rebouças (APUB)
Rua Caetano Moura, Nº 123
40000 - Salvador - Bahia

Subscrevem:

Alexandre Magalhães da Silveira (UFRJ)
Carlos Petrovizich (U.F.Ba)
Eduardo Batista (UFRJ)
Eliane Brigida Moraes Falcão (UFRJ)
Ericksson Rocha de Almendra (UFRJ)
Helena Ibiapina Lima (UFRJ)
Helena Isabel Mueller (UFF)
João Ferreira da Silva Filho (USU)
José Gaspar Ferraz de Campos (PUC-SP)
José Mário Franco de Oliveira (UFF)
José Vicente dos Santos (UFRGS)
Laurindo Leal Filho (PUC-SP)
Liana da Silva Cardoso (UFRJ)
Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ)

Márcio Antonio de Oliveira (UF Juiz de Fora)
Maria Assunta Zanfeliz (UFRGS)
Maria da Luz Alves e Silva (demitida do CUP)
Maria José Féres Ribeiro (UF Juiz de Fora)
Margarida Salomão (UF Juiz de Fora)
Miriam A. Marques (UFF)
Neidson Rodrigues (UFMG)
Nelson Pinheiro (UFBa)
Nivaldo Agostinho Lemos (UFF)
Olival Freire (UFBa)
Paulo Roberto Rodrigues (UFF)
Peônia Vianna Guedes (Notre Dame)
Renato Ortiz (UFMG)
Ricardo Moreira Chaloub (UFRJ)
Roberto Martins (UFMG)
Romélio Aquino (UFBa)
Sydney Sérgio Fernandes Soles (USU)
Ubirajara Rebouças (UFBa)
Wolfgang Leo Maar (UFSCar)